PDT

LINHAS GERAIS DO

Programa de Governo de Ciro Gomes,

DO PDT, À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2022.

2022

Prefiro Ciro12

PRESIDENTE

Aqui, apresentamos as principais diretrizes do **Projeto Nacional de Desenvolvimento** que Ciro Gomes está apresentando à sociedade brasileira. A partir dessa consulta, será elaborado o programa de governo definitivo com o qual Ciro pretende escrever uma nova história para o Brasil.

Prefiro Ciro 12
PRESIDENTE

O Brasil parou de crescer

O Brasil vive um dos momentos mais graves de sua história. Além das ameaças constantes à sua democracia, o país convive há mais de uma década com uma economia absolutamente estagnada que está fazendo com que a fome e a miséria voltem a ser um problema crônico – isso no país que é o segundo maior produtor de alimentos do mundo.

Hoje, mais de 31 milhões de brasileiros passam fome; 125 milhões não fazem as três refeições diárias; 104 milhões vivem só com 14 reais por dia; 10,6 milhões estão desempregados; mais de 4 milhões de crianças de até 3 anos estão sem creche; e mais de 66 milhões de pessoas estão penduradas no SPC e no Serasa.

Só quem não se comove com a dor do nosso povo, não consegue enxergar que é preciso mudar. E essa mudança tem que começar pelo modelo econômico, adotado por todos os últimos governos que, entre outros equívocos, deixou de acreditar no setor produtivo como o motor do desenvolvimento do país. Trata-se de um modelo que privilegia o setor financeiro e mina a capacidade do setor privado para investir, desenvolver novidades e criar empregos.

É, portanto, fundamental recuperar o crescimento, a disposição dos empresários para investir e dos empreendedores para inovar e criar novos negócios, gerando novos e bons empregos. Mas sabemos que será necessário adotar um conjunto adicional de políticas, que não se restringem às questões econômicas, para que o brasileiro volte a ser otimista, feliz e acredite que seu futuro será melhor.

É por tudo isso que o país precisa de um novo **Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND)**, capaz de projetar o país que queremos nas próximas décadas e explicite o que faremos para chegar lá. É este projeto, que vem sendo desenhado com a classe trabalhadora, empresarial, industrial, empreendedora e outras organizações da sociedade civil, que a candidatura de Ciro Gomes defende e representa.

Neste documento, você encontrará as diretrizes gerais desse programa de governo. Mas vale lembrar que a sua versão definitiva continua sendo elaborada e aprimorada através de ampla consulta aos mais diversos segmentos. Ou seja, este documento não se esgota nos tópicos nele abordados. Certamente há outros assuntos relevantes não abordados e outros temas que ainda carecem de maior detalhamento.

Seja como for, esperamos oferecer, aqui, uma boa síntese do que é Projeto Nacional de Desenvolvimento, com o qual Ciro Gomes pretende tornar o Brasil um país que volte a crescer, gerando empregos, distribuindo renda e melhorando a qualidade de vida das pessoas. Enfim, que volte a ser uma nação mais próspera e feliz.

O Brasil que queremos

Queremos que o Brasil alcance indicadores de desenvolvimento semelhantes aos que Portugal apresentava em 2020, os quais lhe posicionaram como o 38º país do mundo no ranking de "muito elevado desenvolvimento humano - o Brasil, segundo os dados mais recentes, ocupa a 84ª posição.

Para isso, o PND propõe:

- Investir em ciência e desenvolvimento tecnológico;
- Aumentar a quantidade e a qualidade dos empregos, reduzindo a informalidade;
- Melhorar os serviços de saúde;
- Reduzir a pobreza e as desigualdades sociais - de renda, gênero e raça;
- Oferecer mais segurança visando reduzir os índices de criminalidade;
- Ampliar o acesso a serviços básicos como água limpa e tratada, saneamento, transporte, moradia e iluminação, e também à cultura e ao lazer;
- Expandir o acesso à comunicação;
- Garantir o acesso e respeito aos direitos humanos a todos e especialmente às minorias;
- Reduzir o desmatamento, a emissão de gases danosos à atmosfera e viabilizar o crescimento econômico sustentável, sempre de forma soberana em relação aos demais países.
- E, muito especialmente, promover uma verdade revolução na educação pública.

Trata-se de um rol de medidas extenso, mas essencial para construirmos uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida.

Crescer mais e gerar mais empregos

O Projeto Nacional de Desenvolvimento parte do princípio que é essencial **retomar o crescimento de forma economicamente sustentável**, o que significa gerar empregos e garantir a estabilidade de preços. Para isso, prevê um pacto entre os setores público e privado em torno de metas para o crescimento econômico e os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pela ONU.

Devemos ter um Estado inteligente, dotado de ferramentas tecnológicas de gestão e acompanhamento da execução de políticas públicas.

Em um primeiro momento, a retomada das obras de infraestrutura logística e social, incluindo as atualmente paradas, será essencial para recuperamos o crescimento perdido nas últimas décadas e estimularmos o setor privado a voltar a investir fortemente no país.

Ao mesmo tempo, o setor público deverá recuperar a sua capacidade de financiar políticas públicas, incluindo as relacionadas com a educação, a saúde e a cultura, o desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo, a segurança pública, a proteção ambiental e os direitos humanos – áreas que foram deixadas à mingua no atual governo e são fundamentais ao desenvolvimento do país.

Para financiar essas políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das contas públicas, defendemos uma ampla reforma tributária e fiscal, baseada nos seguintes pontos:

- Redução de subsídios e incentivos fiscais em 20% no primeiro ano de governo (aproximadamente R$ 70 bilhões de redução de despesas);
- Recriação de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos (aproximadamente R$ 70 bi de receitas);
- Adoção do princípio do orçamento base zero e exame detalhado dos gastos (ambos auxiliarão na redução de despesas correntes);

- Taxação de grandes fortunas (0,5% sobre fortunas acima de R$ 20 milhões, alcançando em torno de 60 mil contribuintes e gerando aproximadamente R$ 60 bi de receitas).

Vamos **alterar a composição da carga tributária no país**, o que significa, em termos proporcionais, uma redução da tributação sobre a produção/consumo e a elevação da tributação sobre a renda.

Em relação aos impostos que oneram a produção e o consumo, propomos a junção de cinco deles (ISS, IPI, ICMS, PIS e Cofins) em um único.

Também concluiremos a **reforma da Previdência** a partir de três pilares: uma renda básica garantida, uma parte da renda associada ao regime de repartição e outra parcela ao de capitalização.

Ainda criaremos um fundo para investimento em infraestrutura, contemplando, além do setor social, as áreas de transportes, saneamento, telecomunicações, energia e logística.

Dentro da estratégia de estimular a retomada do setor produtivo, será dada uma **ênfase especial a quatro complexos industriais**: os do Agronegócio, do Petróleo, Gás e Derivados, da Saúde e da Defesa, os quais demandam a produção e inovação em outros setores, como a microeletrônica, a bioengenharia, os softwares e a química fina e pesada.

Esses quatro complexos deverão ser impulsionados por um conjunto de políticas públicas que inclui estímulos à pesquisa e inovação, financiamentos específicos, compras públicas e incentivo às exportações.

A **pesquisa científica e tecnológica** voltará a ter um papel primordial no crescimento do país, com elevação dos recursos públicos destinados ao setor e a criação de estímulos para desenvolvimento de tecnologias em ações conjuntas com empresas e ao surgimento e maturação de start-ups, incluindo mecanismos específicos de financiamento.

O **BNDES exercerá novamente um papel importante** no financiamento ao desenvolvimento, além de permanecer atuando como escritório estruturador de projetos.

Em relação à inflação, o Banco Central deverá continuar atuando com autonomia operacional dentro de um regime de metas, que deverá buscar a menor inflação e o pleno emprego, a exemplo do Banco Central americano.

Já as **agências reguladoras** permanecerão sob o modelo atual, mas o critério de escolha de toda a sua diretoria deverá ser estritamente técnico.

O elevado endividamento privado de famílias e empresas deverá ser renegociado, com taxas de juros menores e prazos mais longos de pagamento (incluindo as dívidas com o FIES), com programa a ser iniciado pelos bancos públicos, ao qual poderão aderir os bancos privados. Deverão ser disseminados programas de educação financeira.

Vamos redigir um novo Código Brasileiro do Trabalho (CBT), que abranja as melhores e mais modernas práticas de proteção internacionais e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Também regulamentaremos e asseguraremos **direitos para trabalhadores intermediados por aplicativos**, estabelecendo patamares de higiene, segurança e de ganhos compatíveis com o Princípio da Dignidade de Pessoa Humana, conforme garante nossa Constituição.

As negociações comerciais e diplomáticas seguirão dois princípios essenciais: a defesa dos interesses nacionais e da soberania do país.

Com este conjunto de medidas e a criação do Plano Emergencial de Pleno Emprego, orientado às obras de infraestrutura, esperamos gerar 5 milhões de empregos nos dois primeiros anos de governo.

A agenda ambiental que propomos

O crescimento do Brasil passa necessariamente por uma agenda ambiental clara, capaz de provar que a floresta em pé vale muito mais que um campo desmatado. É essencial realizarmos de forma imediata um zoneamento econômico e ecológico no país, em especial na região amazônica para defendermos nossos ecossistemas.

Uma estratégia de desenvolvimento regional, associada à maior segurança fundiária, pode contribuir muito para a redução do desmatamento. Trata-se de uma estratégia que mostrará como é possível conciliar e integrar a lavoura, a pecuária e a floresta.

Será necessário envolver a população local em atividades econômicas que sejam rentáveis e sustentáveis a eles, mas que excluam a derrubada da floresta.

A pesquisa científica e tecnológica, realizada pelos próprios órgãos de pesquisa da Amazônia, encontrará novos produtos e formas de produção, os quais serão essenciais para preservar a floresta, possibilitar o seu manejo sustentável e garantir a realização de atividades econômicas à população local.

Uma nova Petrobras e um forte estímulo ao uso de fontes de energias baratas e sustentáveis

Uma das nossas prioridades será mudar a política de preços da Petrobras, que hoje só beneficia os importadores e acionistas, mas prejudica toda a sociedade brasileira, dado seu impacto sobre a inflação.

Outra meta fundamental será recuperar e ampliar a capacidade das suas refinarias, o que nos tornará autossuficientes não só na produção de petróleo, mas também na sua transformação em combustíveis e outros derivados.

Por fim, queremos iniciar o processo que transformará a Petrobras numa empresa de ponta no desenvolvimento de novas fontes de energia, pois entendemos que o Brasil tem uma oportunidade de ouro para usar seus recursos naturais e desenvolver energia boa, barata e progressivamente limpa.

Nesse contexto, deveremos desenvolver várias formas de energia limpa, como a eólica (on-shore e off-shore), a solar e a baseada na produção de hidrogênio verde.

Vamos também utilizar a energia hidroelétrica como fonte de reserva para picos de consumo de energia. Com isso, evitaremos a elevação tarifária em momentos de escassez, como ocorre atualmente, quando termoelétricas, mais caras e poluidoras, são acionadas para atender a demanda contratada.

O setor privado deverá atuar intensamente nestes mercados de geração e comercialização

das diversas novas fontes de energia, a partir de um planejamento das necessidades e da oferta energética no Brasil.

Temos todos os recursos naturais necessários para fazer a transição e a conversão para energia limpa a um custo baixo e também buscaremos, até 2030, eliminar o uso da energia termoelétrica, que contribui para a emissão de gases prejudiciais na atmosfera. A meta é alcançar uma matriz energética 100% limpa.

Vamos colocar a educação pública do Brasil entre as melhores do mundo

A grande meta e missão do Projeto Nacional de Desenvolvimento não é exclusivamente colocar a economia de pé, mas sim toda a nação de pé. Por isso, ele vai convergir para dar suporte **ao mais revolucionário programa de educação pública da história brasileira**.

Ciro já ajudou a provar que um estado pobre, como o Ceará, pode ter a melhor educação pública do país. Agora, com o PND, ele quer ajudar a provar que o Brasil também pode, no médio e longo prazo, ter um dos melhores sistemas de educação pública do mundo.

A meta é colocar **a educação brasileira entre as dez melhores do mundo no espaço de 15 anos.**

Para isso, temos que envolver toda a sociedade neste esforço, cabendo ao governo federal liderar e articular, junto com governadores e prefeitos, um corpo técnico de excelência, conteúdo teórico de qualidade, novas formas de financiamento e uso de novas tecnologias de ensino.

Nesse esforço, será essencial aprimorar o modelo pedagógico adotado para crianças e adolescentes, que precisam usufruir de um aprendizado contextualizado à realidade em que vivem.

Para isso, é necessário adotar um amplo programa de formação e capacitação de professores. E, ao mesmo tempo, criar uma estrutura de incentivos para que os estados e municípios, no âmbito do pacto federativo, adotem práticas didáticas e de gestão bem-sucedidas. Entre elas, destacamos as seguintes:

- A adoção do Programa de Alfabetização na Idade Certa;
- A definição de metas de aprendizagem em cada ciclo de ensino;
- O reconhecimento e a qualificação contínua de professores e gestores escolares, e a adoção do processo seletivo, através de concurso público, para ambos;
- A criação de incentivos financeiros para as escolas que alcançam bom desempenho, bem como para seus professores, além da prática de bons salários;
- O monitoramento das escolas que apresentam pior desempenho por aquelas que apresentam melhores resultados,
- O uso efetivo das avaliações de aprendizagem, de acompanhamento escolar e do ambiente familiar, incluindo a busca ativa pelos alunos faltosos e aulas de reforço;
- O desenvolvimento de competências socioemocionais e atividades de cultura e lazer;
- A constante valorização e capacitação não só dos professores, mas também dos diretores escolares e outros profissionais da educação.

Partindo dessas premissas, o Ensino Fundamental deve ser progressivamente integral ao longo dos próximos quatro anos, com ênfase imediata na eliminação do atraso escolar provocado pela pandemia.

O bem-sucedido programa cearense "Mais Primeira Infância" deverá ser disseminado em todo o país, incluindo atividades de saúde, educação, assistência social, lazer e esporte.

Também deverá ser disseminado o Ensino Médio profissionalizante em tempo integral, com o suporte técnico e administrativo do governo federal para a sua implementação. Nesse sentido, será adotado o modelo "Minha escola, meu emprego, meu negócio", que, além de ensino profissionalizante, oferece aos seus alunos estágios remunerados pelo governo.

Um salto na qualidade da saúde

A qualidade da saúde pública brasileira, cujo acesso gratuito e universal é garantido pela Constituição, já era um grave problema antes da pandemia e tornou-se mais grave depois dela. O resgate e a reconstrução do SUS, que vem sendo sumariamente desestruturado pelo governo federal, é primordial e será uma das primeiras medidas a serem adotadas por nosso governo.

Será necessário estruturar uma central permanente de regulação e firmar parcerias com a rede privada para reduzir, em um ano, a grande fila de atendimentos a todo tipo de demandas (consultas, diagnósticos por meio de exames, cirurgias).

Vamos revigorar o Programa Nacional de Imunizações, com a retomada de grandes campanhas de vacinação.

O fluxo do atendimento, na direção do primário para o especializado, também deve ser aprimorado. Para isso, estimularemos estados e municípios a adotar ações integradas, em especial na gestão da rede básica, das policlínicas e do atendimento hospitalar especializado e de alta complexidade.

A chamada atenção primária, que inclui a orientação, a prevenção e os atendimentos básicos de saúde, precisa ser refortalecida e modernizada, com o suporte dos núcleos de apoio à saúde da família, e sua integração com outros estágios do atendimento médico, incluindo as unidades básicas de saúde.

As policlínicas devem ser um centro de referência especializado para a realização de consultas e de exames para diagnósticos, e os médicos especialistas que nela atuam também deverão realizar a atividade de qualificação e supervisão dos profissionais que realizam a atenção básica.

Já os centros de referência especializados e o atendimento de alta complexidade deverão estar fortemente integrados ao atendimento prévio em policlínicas. Para propiciar essa integração, deve ser instituído o registro eletrônico da saúde. Da mesma forma que na educação, unidades com bom desempenho deverão monitorar e auxiliar as de desempenho inferior.

Vamos retomar a produção de medicamentos que atualmente são importados, começando por aqueles cuja patente está vencida; vamos também retomar a produção dos insumos farmacêuticos no país e estimular a pesquisa de novos medicamentos, aproveitando nossa rica biodiversidade.

É também urgente a retomada do programa Farmácia Popular, que possibilitava o acesso dos menos favorecidos a medicamentos antes de ser extinto pelo atual governo. Adicionalmente, como nossa população está envelhecendo, devemos criar uma política orientada aos cuidados com os idosos.

Em função da pandemia e da situação econômica e política vivenciada no país, a saúde mental dos brasileiros está se debilitando; estima-se que 30% da população brasileira esteja sofrendo algum distúrbio de origem nervosa. Será necessário um programa especial de auxílio, tratamento e acompanhamento para as pessoas que estão sofrendo estes distúrbios.

Vamos também valorizar a classe médica, que tem salvado muitas vidas no país, em especial durante a pandemia. Vamos discutir, no âmbito do SUS, a estrutura da carreira de médicos, mecanismos de atratividade, qualificação, reconhecimento e estímulo ao bom desempenho, com cobrança de resultados. E, simultaneamente, vamos reforçar e aprimorar a formação dos médicos e clínicos gerais.

Combate ao desemprego, à pobreza, à desigualdade e à fome

O desemprego, a pobreza e a fome aumentaram de forma trágica no Brasil em função de um modelo econômico que, baseado na concentração de renda, é seguido há décadas.

O PND irá deflagrar um conjunto de ações para gerar crédito, renda e emprego no mais curto prazo e, simultaneamente, reduzir a pobreza e a fome. Entre as principais ações, destacamos as seguintes:

Crédito popular – Vamos refinanciar as dívidas das famílias e das empresas, de forma que possam reestabelecer o crédito e ajudar na engrenagem da economia. Levando em conta que a dívida médias das pessoas é de R$ 4,2 mil reais - quantia que a maioria não tem como pagar – a proposta do PND é estimular os credores a dar um desconto de 70%, reduzindo essa dívida média pra cerca de R$ 1.400. Esse valor seria então financiado pela Caixa Econômica e o Banco do Brasil em 36 vezes e três anos de carência. Um programa nos mesmos moldes também ajudaria as mais de seis milhões de empresas que estão com o nome no Serasa.

Programa de Renda Mínima – Vamos implantar o programa de Renda Mínima Universal, que daremos o nome de Eduardo Suplicy, englobando os pagamentos feitos pelo Auxílio Brasil, o Seguro Desemprego e a Aposentadoria Rural. Essa medida, associada aos programas de geração de emprego e renda, será decisiva para combater a fome e a miséria no país. Além disso, os centros de referência de assistência social deverão acompanhar a condição de vida destas famílias, indicando alternativas para a obtenção de emprego

e acesso a serviços de saúde e educação.

O Cadastro Único, importante instrumento desse processo, deverá ser constantemente aperfeiçoado, bem como deverá ser estruturado um mapa da pobreza georreferenciado. Outras medidas adicionais serão adotadas para superar a pobreza e a fome. Entre elas, a retomada dos estoques reguladores de alimentos, que amenizam as altas de preços e vêm sendo desmontados nos últimos anos. Também possibilitaremos o acesso a gás de cozinha pela metade do preço hoje praticado para famílias que recebam até dois salários-mínimos.

Plano Emergencial de Empregos – Como já falado anteriormente, o PND planeja gerar 5 milhões de vagas já nos dois primeiros anos de governo. A ideia é ampliar os investimentos públicos e dar um **novo impulso à construção civil**. Para isso, serão retomadas obras já licitadas que foram paralisadas ou não iniciadas – cerca de 14 mil em todo o Brasil -, especialmente as de habitação, saneamento, transporte público e mobilidade urbana, que geram emprego e renda mais rapidamente e impactam diretamente a qualidade de vida da população.

Saneamento e acesso à água potável – A meta é universalizar o acesso até 2030, por meio da combinação entre investimento privado e público e da coordenação do governo federal na montagem dos blocos que incluam regiões ricas e pobres, resultando na correta prática do chamado subsídio cruzado.

Reforma urbana e regularização fundiária - Implementaremos um amplo programa de regularização fundiária para garantir a escritura da casa e do terreno para quem hoje vive com medo do amanhã. Outro programa, complementar, irá financiar a reforma de moradias populares, preferencialmente com contratação de mão-de-obra da própria família ou da comunidade.

Um plano para combater a corrupção

A corrupção representa um dos males mais nocivos e resilientes à democracia e ao desenvolvimento econômico e social.

A corrupção que conhecemos no Brasil, bem entendida, não é apenas o desvio de dinheiro público para fins privados. É, sobretudo, uma aliança entre parcelas das elites econômicas e políticas para sua própria proteção e perpetuação como centros de influência determinante sobre as decisões coletivas mais importantes do país.

A forma de combate necessária a esse tipo de corrupção é uma ação coletiva e institucional. E precisa ser uma ação republicana conjunta e harmônica dos Três Poderes.

Portanto, será necessária ampla política de combate à corrupção no país e alguns de seus principais pontos, que não se esgotam na relação a seguir, serão:

- No âmbito da organização jurídico-institucional, a extinção das hipóteses de foro especial por prerrogativa de função ("foro privilegiado"), à exceção dos chefes de poderes, no âmbito federal, estadual e municipal;
- A autorização legal da pena de prisão a partir da condenação em segunda instância;
- A criminalização do enriquecimento sem causa de agentes públicos e políticos;
- A abertura completa do sigilo bancário e fiscal de ocupantes de cargos de primeiro e segundo escalão no Poder Executivo.

No âmbito da organização econômica e empresarial, deverá ser rigorosamente aplicado o "capitalismo aos capitalistas", com fomento radical à competição e desconcentração econômica e fortalecimento de ações antitruste para enfrentamento ativo de oligopólios.

No âmbito partidário, haverá transparência máxima de contas partidárias perante o TSE (em portal aberto na internet e formato pesquisável), com exigências de padronização,

detalhamento de destino e origem de despesas e auditoria contábil independente, e a responsabilização administrativa, civil e eleitoral para utilização de "Caixa 2" e criminalização de condutas de indivíduos envolvidos com essa prática

No âmbito da organização do Estado e da participação da sociedade civil na gestão pública, deverão ser ampliadas, em benefício do cidadão comum e do pequeno e médio empresário, as iniciativas de ampla desburocratização e digitalização dos serviços do Governo Federal, a estruturação de bancos de dados abertos, o investimento na interoperabilidade dos sistemas do governo federal, na automação em setores como o de compras públicas e em tecnologias de segurança da informação, inclusive blockchain, sobretudo nos órgãos e entidades mais suscetíveis a fraudes e desvios.

Serão obrigatórios os processos seletivos baseados em competências para ocupação dos cargos e funções de liderança até o nível equivalente ao de Diretor (antigo DAS 101.5) e será proposta uma "Lei de Qualidade do Gasto", em substituição à Lei 4.320/1964, para a estruturação do orçamento ao redor de programas e projetos e estabelecimento de novo modelo de planejamento orçamentário focado na qualidade do gasto público e na transparência.

A segurança jurídica é essencial para as decisões de investimento por parte das empresas. Para além da corrupção, serão adotadas medidas que tornem estável e previsível o arcabouço jurídico contratual, bem como a agilidade na arbitragem e resolução de conflitos.

As pessoas precisam viver com paz e segurança

O crescimento econômico pode contribuir para a redução da criminalidade, mas certamente é insuficiente. Por isso, uma série de políticas e ações serão necessárias para melhorar a segurança da população e, consequentemente, a qualidade de vida das pessoas e a atratividade de negócios e turismo. A segurança pública é um direito fundamental da sociedade.

Destacamos aqui algumas diretrizes importantes que devem ser implementadas para melhorar a segurança pública no país, de forma a reduzir a violência, os roubos e os assassinatos e, simultaneamente, combater o crime organizado. As sugestões do Fórum Brasileiro de Segurança Pública constituíram um importante subsídio para o rol de medidas propostas.

É imprescindível a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, previsto na Lei 13.675/2018, bem como a atuação conjunta e articulada das diversas agências que cuidam da segurança pública no país, em todas as esferas de governo, incluindo o compartilhamento de informações e coordenação de ações. A implantação dessa forma de atuação é urgente na região Amazônica, por exemplo.

O combate à criminalidade, e principalmente ao crime organizado, deve incluir o uso de tecnologias avançadas de gestão do conhecimento, informação, comunicação e rastreamento, incluindo o referente às armas e munições, cuja expansão e uso se encontram fora de controle. É fundamental que o crime organizado seja combatido por meio da investigação de suas operações financeiras e da lavagem de dinheiro.

Certamente precisamos de profissionais qualificados e estimulados para o desempenho de suas atividades e, portanto, é necessário reestruturar as carreiras policiais, valorizando e reconhecendo o desempenho do profissional que atua diretamente no combate ao crime e em contato com a população. Os programas de qualificação devem ser aprimora-

dos e disseminados, bem como devem ser implementados programas de atenção à saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública.

O planejamento da distribuição do policiamento ostensivo deve seguir o mapeamento das regiões onde há maior ocorrência de situações violentas e insegurança, de forma a privilegiar as populações mais vulneráveis, e ser feito em articulação entre as polícias.

A política sobre drogas deve ser redesenhada, partindo de uma abordagem intersetorial de redução de riscos e danos que esteja articulada com justiça, saúde e assistência social. A gestão prisional deve ser aprimorada, de modo a elevar o percentual da população carcerária que venha a se ressocializar.

A política de prevenção aos crimes deve dedicar atenção especial à segurança das mulheres, bem como da juventude negra e da população LGBTQIA+ de forma a enfrentar a discriminação e o racismo estrutural.

Deve-se implementar a Lei 14.330/2022, que inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e fortalecer a integração entre a rede de acolhimento, as Polícias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Poder Judiciário e sociedade civil.

Deve-se também fortalecer os programas de proteção social que atuem na direção da redução da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Devemos também garantir a igualdade de direitos a todos os brasileiros

Devemos garantir igualdade de direitos, liberdade e acesso a políticas públicas de todos os grupos sociais. Em um país desigual como o nosso, desenhar políticas com esse intuito direcionadas aos grupos que mais sofrem discriminação na sociedade é fundamental. Não podemos pensar em um projeto nacional de desenvolvimento sem incluir a emancipação social destes grupos na população brasileira, em pé de igualdade com aqueles que não são discriminados. A seguir descrevemos algumas medidas, dentre as inúmeras que serão adotadas, para ajudarão a eliminar a discriminação a estes grupos e garantir os mesmos direitos a todos.

Mulheres – Em relação às mulheres, precisamos fortalecer programas, criar e fazer cumprir leis que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho em condições de igualdade aos homens, incluindo acesso a vagas de direção e salários equivalentes, bem como condições para poder exercer suas atividades profissionais (por exemplo, elevando o número de vagas em creches) e garantam a sua proteção contra todos os tipos de violência. O primeiro exemplo que daremos é a equiparação quantitativa entre homens e mulheres na ocupação de cargos de direção na administração pública federal. Também serão implantados programas de microcrédito específicos para a população feminina e programas informativos de prevenção à gravidez, dentre outras medidas.

População negra – Em relação à população negra, a ação mais urgente é o acesso às universidades públicas e às vagas nos concursos públicos, mais especificamente o sistema de cotas, cuja prorrogação deverá ser avaliada este ano. Também deveremos criar políticas afirmativas em relação às compras públicas de empresas de empreendedores negros, bem como linhas de crédito específicas. Deverá ser garantida uma deter-

minada participação no fomento oriundo da Lei Rouanet, bem como na ocupação de cargos temporários e comissionados na administração pública, dentre outras medidas.

Diversidade – Em relação à população LGBTQIA+, criaremos o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBTI+ com representantes estaduais, assim como uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas para a Cidadania da população LGBTI+ que efetivamente implemente o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI+, incluindo o amparo à seguridade de trabalho, emprego e renda e a implementação de ações afirmativas de combate à discriminação institucional de empresas e no ambiente de trabalho.

Indígenas – Em relação à população indígena, urge que as reservas territoriais destinadas à sua população sejam respeitadas, preservadas e não sejam exploradas de forma ilegal por outros grupos étnicos. A cultura indígena deve ser preservada, bem como as atividades produtivas que eles realizam para seu sustento. Também é necessário que médicos sejam capacitados para o atendimento das enfermidades indígenas e cuidem especificamente da saúde desta população, dentre outras medidas.

Pessoas com deficiência – Em relação às pessoas com deficiência, deveremos melhorar a acessibilidade nos espaços públicos e estimular que o mesmo ocorra nos espaços privados, o que é fundamental para garantir o direito de ir e vir. Os eventos e produtos audiovisuais deverão prever a descrição de fotos, tradução para libras e audiodescrição. O auxílio inclusão deverá ser também pago não apenas às pessoas com deficiência inabilitadas para o trabalho, mas também àquelas que obtenham uma ocupação com remuneração insuficiente. Vamos fortalecer a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência e apoiar o PL 795/2022, que cria a Instituição Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, dentre outras medidas.

A cultura como afirmação da identidade nacional

A cultura é muito importante no nosso **Projeto Nacional de Desenvolvimento**, porque nela se afirma a identidade nacional, hoje gravemente ameaçada, não só por hábitos de consumo, mas também por uma estética internacional que tem repercussões práticas nos desejos, hábitos de consumo e na própria felicidade das pessoas.

Não se trata de isolar o país em relação a outras culturas, muito pelo contrário, pois a interação com elas sempre foi e será fundamental; mas de fortalecer a cultura local e a autoestima de nosso povo em relação a sua história, tradições e hábitos sociais.

O estímulo à cultura deverá propiciar ao Brasil se reconhecer na sua diversidade regional, nas suas diversas expressões tradicionais e históricas e na valorização do patrimônio histórico. Mas também nas novas estéticas, no experimentalismo de vanguarda, de novas linguagens, passando pela culinária, hábitos alimentares, artesanato, artes cênicas, artes plásticas, cinema, audiovisual e a música, naturalmente compreendendo nosso lugar no planeta.

Iremos investir na democratização do acesso, na fruição e na expansão do consumo de bens e serviços culturais, por meio de políticas que ampliem e popularizem o acesso à cultura e ao lazer, criando espaços de fomento, desenvolvimento e interação; estimularemos as manifestações culturais que propiciam a inclusão social e a cultura periférica de rua, como as danças, grafites e slams; estimularemos as diversas atividades da chamada economia criativa, que vem se constituindo em um importante ramo da atividade econômica e de criação de empregos para os jovens em atividades que contribuem para a melhoria de seu bem-estar.

A exemplo do que já vem sendo feito na Europa, vamos regular os serviços de streaming de forma a garantir o investimento obrigatório na produção local independente e visibilidade a esses conteúdos nas plataformas.

Também apoiaremos start-ups de conteúdo digital, que atuem em todas as redes sociais e de forma transmidiática.

Recriaremos o MinC, elevando o orçamento para cultura e arte, enquanto a ANCINE deverá atuar como regulador do mercado audiovisual brasileiro e não apenas como órgão fomentador para a respectiva indústria.

O PND também leva em conta que, na sociedade moderna, o acesso à celulares e wi-fi de qualidade é um fator que determina o acesso à cultura, à informação e ao trabalho. Por isso, o projeto prevê a criação do programa Internet do Povo, que financiará a compra de smartphones em 36 vezes sem juros para os mais vulneráveis e a implantação de redes gratuitas de wi-fi em áreas comunitárias. O programa também contempla a oferta gratuita de cursos de capacitação em informática e de formação em games.

Defesa dos animais – Também iremos implementar os dispositivos contidos na Lei 1095/2019, que cria regras específicas de proteção aos animais, e debater e implementar uma política nacional para tratar do tema.

Como implementar este amplo Projeto Nacional de Desenvolvimento?

As propostas aqui apresentadas são inúmeras e requerem ampla negociação com a sociedade para sua aprovação. Por isso, Ciro Gomes irá propor a redefinição de um amplo pacto federativo, buscando o apoio de governadores e prefeitos para encaminhar as negociações com o Congresso, e o fim da reeleição para eliminar possíveis empecilhos à aprovação das reformas e medidas necessárias. As reformas mais amplas deverão ser realizadas nos seis primeiros meses de governo. Persistindo o impasse na relação com o Legislativo, elas deverão ser submetidas à aprovação popular através de plebiscitos.

Em meados do governo, deverá ser realizada extensa avaliação de sua atuação, com mecanismos de participação popular, em que todos os aspectos da formulação, implementação e gestão das políticas que não forem avaliados como satisfatórios deverão ser alvo de revisão.